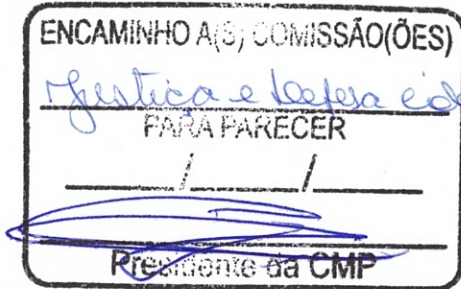


PROJETO DE LEI Nº 107 de 27 de Novembro de 2023.



**CRIA O DIA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, ESTABELECE DIRETRIZES BÁSICAS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARATY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Paraty faz saber que a Câmara Municipal de Paraty **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Dia Municipal de Enfrentamento à Intolerância Religiosa a ser celebrado, anualmente, no dia 21 de janeiro no Município de Paraty.

**Art. 2º** - O objetivo do Dia Municipal de Enfrentamento à Intolerância Religiosa é promover a conscientização, o diálogo e a valorização da diversidade religiosa, bem como combater qualquer forma de discriminação baseada na religião.

**Art. 3º** - Caberá ao Poder Executivo Municipal realizar, anualmente, atividades e campanhas educativas que visem à promoção do respeito à liberdade religiosa, à tolerância e ao combate à intolerância religiosa.

**Art. 4º** - Fica estabelecido que o Município de Paraty adotará diretrizes básicas para as ações de enfrentamento à intolerância religiosa, as quais incluirão:

- I** - Promoção da educação para a diversidade religiosa nas escolas municipais;
- II** - Sensibilização da sociedade para a importância do respeito às diferentes crenças;
- III** - Incentivo à realização de eventos e atividades inter-religiosas;
- IV** - Criação de canais de denúncia de casos de intolerância religiosa;

Rua Dr. Samuel Costa, nº 23, Centro Histórico – Paraty/RJ. CEP: 23970-000  
Contatos: 24 3371-7181 – [www.paraty.rj.leg.br](http://www.paraty.rj.leg.br)  
Email: gabinete@lucasparaty.com.br



V - Capacitação de servidores públicos para lidar com situações de intolerância religiosa.

**Art. 5º** - O Poder Executivo poderá regulamentar essa lei no que lhe couber.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

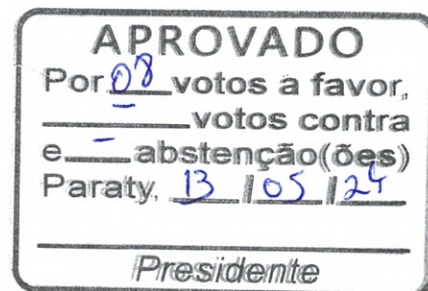
**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

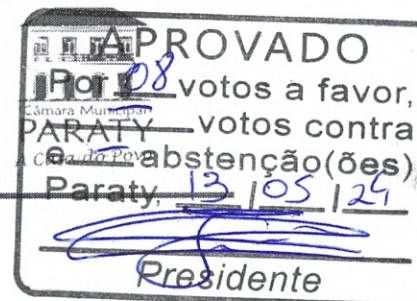
Sala das Sessões,

27 de Novembro de 2023.

**LUCAS CORDEIRO**

Vereador





### JUSTIFICATIVA

A intolerância religiosa é um grave problema que afeta nossa sociedade, causando divisões, preconceitos e violações dos direitos humanos fundamentais. Reconhecendo a necessidade de combater essa realidade, surge o presente projeto de lei que estabelece o Dia Municipal do Enfrentamento à Intolerância Religiosa e estabelece diretrizes para ações nesse sentido.

O objetivo principal dessa lei é promover a conscientização sobre a importância da liberdade religiosa e incentivar o respeito mútuo entre os diferentes credos e tradições religiosas presentes em nossa cidade. Ao instituir um dia específico para reflexão e debate sobre o tema, estamos dando destaque à necessidade de combater atitudes discriminatórias e promover a diversidade religiosa como um valor fundamental.

Além disso, as diretrizes básicas estabelecidas pela lei visam orientar as ações de enfrentamento à intolerância religiosa. Isso inclui a promoção de campanhas educativas, palestras, seminários e atividades que visem desconstruir estereótipos, combater discursos de ódio e fortalecer o diálogo inter-religioso.

É importante ressaltar que essa lei não apenas protege os direitos das comunidades religiosas, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao promover o respeito às diferenças religiosas, estamos fortalecendo os valores democráticos e garantindo o exercício pleno da cidadania.

Portanto, o projeto de lei que cria o Dia Municipal do Enfrentamento à Intolerância Religiosa e Estabelece Diretrizes para as Ações de Enfrentamento à Intolerância Religiosa é de extrema importância para nossa cidade. Ao promover a conscientização, o diálogo e a tolerância, estamos construindo um ambiente harmonioso e respeitoso para todas as crenças religiosas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, dada a relevância social que a causa nos traz, sendo o direito à liberdade religiosa amplamente difundido em nossa Carta Magna, especialmente no inciso VI do art. 5º, proponho o presente projeto de lei contando com a aprovação dos meus nobres pares.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 33003700330033003A005000

Assinado eletronicamente por **Lucas Cordeiro** em 24/11/2023 17:11

Checksum: 36CD3398AA7A67A1E72C32C83087E64586AD16388E0B686E2F5C94D404E32E0F

